

Empregados da Sabesp vão entrar em greve na próxima terça

Os trabalhadores da Sabesp da Baixada Santista e do Vale do Ribeira decidiram deflagrar greve, por tempo indeterminado, a partir da zero hora do próximo dia 20, terça-feira. A decisão foi tomada pela categoria na noite de terça, em assembleias realizadas na sede do Sindicato dos Urbanitários (Sintius), em Santos, assim como em Itanhaém e em Registro.

Os trabalhadores avaliaram nas assembleias o resultado da segunda audiência de conciliação que ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em São Paulo, na mesma data (13), quando a empresa propôs apenas



DIVULGAÇÃO

» Decisão pela greve foi tomada em assembleia à noite logo após mais uma audiência de conciliação no TRT/SP

reajuste de 3,71% para os salários e benefícios.

Entretanto, a Diretoria do Sintius rejeitou a proposta por considerar insuficiente e distante

das reivindicações da categoria, além de sugerir a inclusão de equiparação dos benefícios da Sabesp com aqueles praticados pelo Metrô.

O desembargador vice-presidente Judicial, Carlos Roberto Husek, que intermediou a negociação, celebrou um acordo parcial, em que a direção da Sabesp se comprometeu a avaliar e trazer uma proposta para atender à reivindicação do Sindicato em relação aos valores do vale-refeição, da cesta-básica e da gratificação de férias e apresentá-la na próxima audiência no TRT-SP, que acontecerá no dia 19, segunda-feira, às 11 horas.

Reajuste. O Sindicato pleiteia aos cerca de 1.200 funcionários de ambas regiões um re-

» Nova assembleia

Para ratificar a greve, nova assembleia será realizada na noite de segunda-feira, data da nova audiência no TRT

juste salarial de 8,26%, sendo 3,26% referentes à reposição da inflação dos últimos 12 meses e 5% de aumento real.

Conforme o presidente do Sintius, Carlos Alberto de Oliveira Cardoso, o Platini, a empresa não apresentou um índice de recomposição salarial adequado e a categoria não teve outra alternativa além de se

preparar para cruzar os braços diante da falta de bom senso da empresa, que desrespeita um pleito legítimo dos sabespianos, que são o maior patrimônio da companhia.

“Os trabalhadores estão conscientes que estamos em plena crise econômica, mas a situação financeira da empresa mostra que ela está em outro patamar. No ano passado, o lucro líquido dela foi de R\$ 2,947 bilhões contra R\$ 536,3 milhões, em 2015. A categoria precisa ser valorizada”, destacou.

A categoria volta a se reunir em assembleia no dia 19, às 18 horas, para ratificar a greve.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 15/06/2017

Governo volta a buscar votos para aprovar reforma da previdência

Em meio à crise política, o Governo Federal volta suas atenções novamente para a reforma da previdência social que está em votação nas comissões da Câmara dos Deputados. O presidente Michel Temer esteve reunido com o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), que presidiu a Comissão Especial da Reforma da Previdência na Casa e também com o deputado Édio Lopes (PR-RR). A pauta foi a busca de votos de parlamentares já a partir da próxima segunda-feira. Ao chegar ao Palácio do Planalto, Marun disse que pretende voltar a buscar votos para a aprovação da reforma no plenário da Câmara já na próxima semana. Para o deputado, a tramitação da proposta não pode ser paralisada nem por “pseudocrises” envolvendo o governo, muito menos pela preocupação com uma eventual denúncia a ser apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 16/06/2017

Como está a tramitação da Reforma da Previdência

Já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela comissão especial, a proposta de reforma da Previdência aguarda para ser analisada pelo plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que trata de mudança no texto constitucional. Para ser aprovada, a proposta precisa obter pelo menos 308 votos favoráveis, entre os 513 deputados, em dois turnos de votação, antes de ser remetida ao Senado. A previsão inicial era de que a reforma começasse a ser apreciada pelo plenário em maio, mas o trâmite acabou postergado. No formato em que se encontra, a proposta de reforma previdenciária estabelece, entre outros pontos, que o acesso à aposentadoria seja obtido a partir de 65 anos, no caso dos homens, e de 62 anos, no das mulheres. Para obter o benefício são necessários pelo menos 25 anos de contribuição. Ainda segundo a proposta, para ter acesso à aposentadoria os trabalhadores rurais precisarão de, no mínimo, 60 anos, no caso dos homens, e 57, no caso das mulheres. Para ambos são necessários pelo menos 15 anos de contribuição. Professores do ensino fundamental e médio de ambos os sexos poderão se aposentar a partir dos 60 anos, desde que tenham contribuído por pelo menos 25 anos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 16/06/2017

Trabalhadores negam deficit e criticam reforma da Previdência

Sindicatos e confederações que representam trabalhadores criticaram a Proposta de Emenda à Constituição enviada ao Congresso Nacional pelo presidente da República com mudanças na Previdência. As entidades participaram de uma audiência pública interativa promovida pela CPI do Senado que investiga a contabilidade da Previdência Social. A PEC 287/16 está na Câmara dos Deputados. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, Moacyr Auersvald, afirmou que a Previdência não tem deficit. Ele disse que o setor faz parte da Seguridade Social – sistema de proteção que inclui as áreas de saúde e assistência e conta com diversas fontes de financiamento. Citando dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, Moacyr Auersvald afirmou que a Previdência fechou 2015 com saldo de R\$ 24 bilhões. Para o governo, o déficit naquele ano foi de R\$ 85,8 bilhões. “A questão é a falácia da Previdência. Uma mentira falada diversas vezes acaba virando verdade. O governo está fazendo isso. E fazendo muito bem. A gente anda na rua e está cheio de outdoor dizendo que a Previdência está quebrada”, disse Moacyr Auersvald. O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Vilson Romero, afirmou que, antes de mexer na Previdência, o governo federal precisa ser mais eficiente na recuperação das dívidas dos grandes devedores.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 18/06/2017

'Intenção da reforma é transferir tudo para previdência privada', diz sindicalista

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Mário Jorge dos Santos Filho, afirmou que a intenção do governo com a reforma é transferir a exploração da Previdência para a iniciativa privada. “A estratégia é sucatear a máquina pública para entregar tudo aos empresários estrangeiros. É preciso que a gente faça frente a essa propaganda enganosa que o Governo Federal está financiando nas mídias. A Previdência não é deficitária. O que falta é boa vontade do governo para botar a máquina para funcionar com eficiência”, disse Mário Jorge. O representante da Federação dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior Públicas, Mozart Simões, criticou a pressa do governo em aprovar a matéria no Congresso Nacional. “No Brasil, parece que reivindicar é crime. A reforma da Previdência é feita a toque de caixa. Essa CPI vai apontar o que todo mundo já sabe: a Previdência não é deficitária.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 18/06/2017

Senado solicita informações aos grandes devedores

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência aprovou requerimento do senador Lasier Martins (PSD-RS) solicitando informações ao frigorífico JBS, Marfrig Global Foods, Swift Armour, Margen e Nicolini, sobre suas dívidas com a Previdência Social. No requerimento, Lasier pede aos frigoríficos que enviem aos colegiados documentos demonstrando a composição de seus respectivos débitos previdenciários, bem como informações sobre os montantes das dívidas discutidas nas esferas judicial e administrativa.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 18/06/2017

Câmara autoriza governo a ficar com precatório do INSS

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou projeto do governo federal que pode engordar os cofres federais em mais de R\$ 8 bilhões. O texto estabelece que sejam restituídos aos cofres públicos valores referentes a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) que estejam sem movimentação há mais de dois anos. O projeto segue, agora, para votação no Senado. Os precatórios são valores oriundos de processos contra a administração pública, como ações vitoriosas de segurados contra o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a título de concessão ou revisão de benefício. O alvo do governo é o dinheiro que, por algum motivo, deixou de ser sacado. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, calcula na justificativa do projeto um impacto imediato de R\$ 8,6 bilhões com os precatórios não sacados, valor que seria levado em conta ao definir o congelamento de recursos do Orçamento deste ano.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 17/06/2017